



## **2.ª Reunião (Ordinária) da Assembleia de Freguesia do Lumiar do quadriénio 2021-2025**

**20/12/2021**

### **Ata da Assembleia de Freguesia**

No dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia de Freguesia do Lumiar em sessão ordinária. A sessão iniciou-se cerca das 19h00, em regime misto (presencial e online):

Presidente: João Pulido Pereira Freire de Andrade

1.º Secretário: Pedro José Pereira Meneses Monteiro

2.º Secretário: Maria Clara Currito Gargalo Ferreira da Silva

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

#### **A. Período Antes da Ordem do Dia**

1. Moções, recomendações e votos

#### **B. Período Aberto ao Público**

#### **C. Ordem do Dia**

1. Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia (4.º Trimestre de 2021);
2. Opções do Plano, Orçamento para 2022;
3. Plano Plurianual de Investimento para 2022;
4. Mapa de Pessoal para 2022;
5. Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços da Junta de Freguesia do Lumiar;
6. Regulamento de Utilização e Funcionamento da Galeria Liminare;
7. Regulamento do Auditório da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro.

**Presidente da Assembleia de Freguesia do Lumiar, João Pulido Pereira Freire de Andrade (Centro Democrático Social-Partido Popular)** abre a sessão lendo as substituições e informando da correspondência recebida, nomeadamente a renúncia do eleito pelo Partido Socialista, Dr. Pedro Delgado Alves. De seguida, passou a palavra aos partidos, caso quisessem fazer alguma intervenção sobre os documentos apresentados pelos vários grupos políticos relativos ao Período Antes da Ordem do Dia, começando pelo Livre, com a justificação de que nesta assembleia se começa pelos partidos menos votados até ao mais votado.

Devido a problemas técnicos, a intervenção do representante do Livre não foi feita neste momento. O **Presidente da Assembleia de Freguesia** aproveita para referir que a juntar aos documentos iniciais para esta reunião, tinham mais um voto de pesar, feito pelo Executivo, pelo falecimento de um funcionário da Junta, solicitando aos membros da assembleia que confirmassem se o receberam nos seus emails.

**Pedro Gonçalo Roque Ângelo (Partido Socialista)** pediu esclarecimentos sobre qual o artigo do Regimento que permite a entrada de documentos no próprio dia da assembleia de freguesia.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** refere que existe no n.º 5 do Artigo 50 do Regimento uma referência sobre a possibilidade de a mesa da assembleia poder receber documentos até 24 horas antes.

**Pedro Ângelo (PS)** refere que o documento foi assinado no dia 20.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** esclarece que foi informado dele no dia anterior.

**Pedro Ângelo (PS)** refere que o documento só chegou nesse dia e que a data do documento é desse mesmo dia, não querendo ser confundido. Acrescenta que não se opõem ao conteúdo do voto de pesar, mas que querem registar que o mesmo deu entrada nesse dia e que em termos de Regimento ele não diz isso, referindo que o presidente está na assembleia há muitos anos e que antes era muito rigoroso com a distribuição dos documentos, realçando que só quer ser esclarecido como, à luz do Regimento, ele faz a leitura do sucedido.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** confirma que receberam nesse dia o pedido por escrito, mas que foi informado dessa situação pelo Presidente da Junta no dia anterior, com 24 horas de antecedência, acrescentando que se viam algum problema com essa situação, podiam pôr em votação a aceitação ou não desse documento.

**Pedro Ângelo (PS)** esclarece que solicitou ao Presidente da Assembleia que dissesse a data de entrada do documento, realçando, tendo sido esse o sentido da sua intervenção, que esta é a primeira assembleia de freguesia e que seria bom que todos os membros soubessem as regras que devem seguir. Acrescenta que pretende também saber se a mesa vai admitir este tipo de documentos subscritos pelo Executivo, à luz do que está no Regimento.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** menciona que existe um regimento e que este é para seguir e para cumprir, acrescentando que poderá haver uma exceção, mas, a acontecer, tal situação será colocada à consideração da assembleia, realçando que não será prática

comum estarem a permitir a entrada de documentos fora do que está programado no Regimento.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, avançando com a assembleia, refere que, seguidamente, cada um dos partidos que tiver propostas poderá apresentá-las, falar das outras que também foram apresentadas e fazer um comentário sobre a sua intenção de voto.

**Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (Livre)** refere que relativamente às moções sobre o 25 de Novembro ainda não tinha nascido na altura, acrescentando que a sua opinião sobre esse assunto está nos dois protagonistas do evento. Vasco Lourenço, que referiu que as datas que dividem não devem ser comemoradas, e Ramalho Eanes, que considerou que o 25 de Novembro foi um momento fraturante, por isso não deve ser comemorado, devendo ser recordados só para refletir sobre eles, ou seja, são os próprios protagonistas que pedem que estas datas não sejam comemoradas, acrescentando que considera que se trata de um aproveitamento político, com tópicos polémicos e sensíveis. Considera que é no 25 de Abril que se celebra o facto de estarem ali todos reunidos, expressando livremente as suas ideias e opiniões. Afirma que o Livre votará contra, indo ao encontro da vontade expressa pelos intervenientes nesse acontecimento. Refere que em relação à moção do Metro de Lisboa, também votará contra, já que considera que a linha circular não significa uma perda de acesso direto ao centro, para além de várias das empreitadas já estarem em execução e de existirem vários exemplos internacionais de linhas circulares. Em relação à transparência das contas, refere que o Livre votará a favor, mas que gostaria de acrescentar que a transparência deveria de ir muito para além disso, com uma política de dados abertos que permitisse a qualquer pessoa consultá-los. Acrescenta que a forma como receberam os documentos não lhe parece a mais correta e que deveria de haver objetivos de redução de impacto ambiental nos organismos públicos da freguesia e que essas métricas deveriam ser públicas.

**João Maria Charneco Condesso (Chega)** afirma que em relação às moções e aos votos, gostaria de dar uma pequena nota em relação aos votos de pesar, defendendo que estes não devem ser usados em relação a pessoas sem qualquer critério de ligação à freguesia do

Lumiar, devendo ser só para pessoas ligadas a ela, reforçando que votos de pesar sobre pessoas que não estão dentro desse critério não fazem qualquer sentido.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** refere que respeita a sua opinião, mas que, por tradição, no Lumiar estão abertos a votos de pesar a pessoas que foram importantes para o país e que são relevantes, acrescentando que não tem sido prática restringirem-se só a pessoas da freguesia do Lumiar, mas que aceita a sua posição.

**Nélson da Rocha (Bloco de Esquerda)** afirma que em relação aos documentos que foram enviados, que votará em consonância com o que pensa e que relativamente ao 25 de Novembro questiona como foi possível, passados tantos anos, a chamada direita, que esteve parece que adormecida, agora aparecer com a bandeira do 25 de Novembro, que considera não fazer sentido, acrescentando que se um dos principais mentores do 25 de Novembro ainda recentemente foi bem claro em relação a isso, não compreende qual é a intenção de, passados tantos anos, estar a abrir-se uma ferida e a atirar-se achas para a fogueira, relativamente a um evento no qual não houve um banho de sangue, tendo havido a sensatez para que tal não acontecesse, reforçando que estranha que a direita venha agora propor feriado e nomes de rua, que considera não fazer sentido e que por isso vota contra. Em relação à questão do Metro, presente na moção do PSD/CDS-PP, refere que subscreve algumas coisas e outras não e na altura da votação fará uma pequena declaração. Relativamente ao voto de pesar, informa que não tem nada a opor-se e nas outras irá ver caso a caso.

**Carlos Manuel Marques Figueira (Iniciativa Liberal)** começa por afirmar que a IL, ao longo do seu mandato, trará temas que digam respeito e tenham ligação direta ao Lumiar, com impacto na vida dos seus fregueses ou de todos aqueles que trabalhem, visitem ou passem pelo Lumiar, evitando trazer para a assembleia temas que nada têm a ver com a freguesia. Relativamente às moções do 25 de Novembro, realça que a IL é o único partido que celebra publicamente e desde a sua criação as datas do 25 de Abril e do 25 de Novembro, já que são duas datas que a IL considera determinantes naquele que foi o processo de afirmação da democracia e da liberdade no país. Acrescenta que a IL é, dessa forma, favorável à moção n.º 3, apresentada pelo PSD. Relativamente à moção n.º 1, refere que a IL se vai abster porque a mesma não se relaciona com a freguesia. No que diz

respeito à moção n.º 2, do PSD, esclarece que a IL é tendencialmente favorável ao que lá está apresentado, já que importa definir as prioridades para a cidade, e nesse sentido é favorável à moção, sendo claro que a substituição da linha circular pela em laço é considerada o mal menor, na perspetiva de que os compromissos já assumidos não possam ser revertidos. Relativamente à recomendação n.º 1, do PSD, sobre a prática de comunicação que promova a proximidade e a transparência, menciona que a IL é totalmente a favor, mas considera que aquela deva ser só uma das medidas e que a execução orçamental e as contratações de bens e serviços também devam fazer parte dessa iniciativa. Em relação ao voto de saudação à manifestação da CGTP, refere que a IL não encontra correlação com a freguesia, sendo que nesse caso irá votar contra. Menciona que naturalmente é favorável ao voto de pesar de Horácio Vale César, apresentando também os sentimentos à esposa, o mesmo acontecendo em relação à Alcinda Pancadas e ao colaborador da autarquia, José Carlos Teixeira Alves. Por fim, refere que gostaria de ouvir o Presidente da Junta pronunciar-se sobre as decisões finais dos processos relativos à sala de consumo assistido e ao parque de rebocados da EMEL (Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa), ambos no centro do Lumiar.

**João Camilo Vieira Carvalho Gonçalves (Coligação Democrática Unitária)** refere que a moção que apresentaram de saudação à CGTP se relaciona com uma situação complicada, que tem sido referida pelo Instituto Nacional de Estatística, pela Organização Internacional do Trabalho e pela OCDE, de que o rendimento nacional tem vindo, ao longo dos anos, a diminuir fortemente, com reflexos nas condições de trabalho e salariais dos trabalhadores portugueses. Realça que a CGTP tem vindo a encabeçar essas lutas e a realização de 20 de novembro insere-se nessa luta, daí endereçarem esta saudação. Relativamente às restantes moções, menciona que a CDU não se identifica com a visão beatífica sobre o 25 de Novembro e que por isso votará contra.

**Bernardo Maria da Cunha Reis Correia de Oliveira (CDS-PP)** deseja abordar a moção que o CDS e o PSD apresentaram em conjunto, registando que ao longo de muitos anos houve votos de saudação do 25 de Novembro e do 25 de Abril. Diz que respeita a opção do Livre, mas que estará atento se na reunião de abril terá a mesma coerência. Considera que é legítimo comemorar o 25 de Novembro, tal como se comemora o 25 de Abril. Concluiu dizendo que havia uma tradição de saudar os protagonistas do 25 de Abril e do

25 de Novembro e que este ano tinham resolvido propor à assembleia dar o nome de 25 de Novembro ao Eixo Central, rompendo com a tradição que vinha sido usada. Acrescenta que não há nenhum saudosismo histórico, mas que para eles é uma data importante.

**Pedro Ângelo (PS)** começou por dar as boas vindas aos novos eleitos, destacando que pela primeira vez a assembleia tem muitos representantes, de novos partidos. Em relação aos documentos que foram distribuídos, refere que o grupo parlamentar do PS terá a oportunidade de votar na altura, mas que votarão a favor dos votos de pesar, já que são pessoas que têm, de alguma forma, ligação direta com a freguesia e que por isso merecem a sua consideração e singela homenagem. Relativamente ao 25 de Novembro, e na linha do que já tinha sido dito por outros partidos, considera desadequado em 2021 trazer temas que estão estabilizados na nossa democracia, acrescentando que o 25 de Novembro é a consolidação da democracia, mas que não se trata de uma data pacífica e que, tal como refere Ramalho Eanes, é uma data que deve ser evocada, mas não comemorada. Assim, acrescenta que não são favoráveis à situação de dar o nome de 25 de Novembro ao Eixo Central, estanhando o PSD ter-se juntado a isso, ficando o mesmo registado. Em relação à linha em laço do Metropolitano de Lisboa, menciona que é um tema que no PS Lumiar não é pacífico. Acrescenta que fizeram todas as diligências possíveis junto das instâncias com capacidade de decisão sobre isso para reverter a decisão e para que se considerassem todas as hipóteses que não prejudicassem os habitantes do Lumiar, mas que tais diligências não foram acolhidas e que a mensagem não passou. Também mostrou a sua preocupação caso a linha circular seja executada como está projetada, acrescentando que tudo farão para que ela não seja feita nesses termos. Relativamente à moção da CDU sobre o 20 de novembro, compreendem a luta dos trabalhadores, mas que não se reveem nos termos e na forma como ela está redigida e que por isso terão muitas dificuldades em acompanhar a mesma.

**João Miguel Augusto Vás e Lima (Partido Social Democrata)** refere, relativamente aos documentos apresentados, que concordam com os votos de pesar, que vão votar a favor os relacionados com o 25 de Novembro e que em relação à da CDU, concordam com alguns pontos, mas que têm algumas reservas, já que é preciso levar em consideração a situação económica em que o país se encontra e dessa forma não votam favoravelmente. De seguida, solicitou a palavra a quem redigiu os documentos apresentados pelo seu partido.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** passa a palavra a quem redigiu os documentos apresentados pelo PSD, pedindo para que fossem sucintos na apresentação.

**Marta Regina Silva dos Santos Vieira (PSD)** apresenta o voto de pesar pelo falecimento da professora Alcinda Matos Pancadas, que era professora de pintura na UTIL (Universidade da Terceira Idade do Lumiar) desde 2007 e que era conhecida pelo seu caráter humanista e solidário, de trato simples, e que estava sempre disponível para ajudar o próximo e a levá-lo mais além, quer nos ensinamentos quer nas próprias dificuldades da vida. Era uma mulher de espírito livre, mentalidade aberta, que dizia sempre o que pensava e que ao longo da vida foi abraçando várias causas muito nobres, realçando que deixa saudades, solicitando que os acompanhem neste voto, apresentando à família um voto de profundo pesar.

**Mário Manuel Paisana dos Santos Lopes (PSD)** aborda a moção sobre o Metropolitano de Lisboa, realçando que, na situação atual, propõem a linha em laço — que não é uma boa solução — para minorar o problema. Considera que a linha circular do Rato ao Cais do Sodré é um erro tremendo e que seria muito mais adequado ter levado a linha para Alcântara, mas que não sendo possível reverter isso, propõe a linha em laço para corrigir o erro no Campo Grande, que vai desligar o norte de Lisboa e Odivelas à cidade, trazendo carros e prejudicá-la. Conclui afirmando que, nesse contexto, faz sentido propor a linha em laço.

**Camila Alexandra de Almeida Monteiro Botão (PSD)** aborda a recomendação sobre o orçamento anual, começando por apresentar uma imagem como exemplo do que se pretende, referindo que acredita que se trata de um primeiro passo para a transparência e para a participação dos cidadãos do Lumiar e que se trata de uma prática que está a ser progressivamente adotada pelo poder central e que ali deveriam de dar o exemplo e, passo-a-passo, fazer essa aproximação ao cidadão.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** passa a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar**.



**Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Ricardo Mexia** começa por saudar todos, passando para o endereçar de um pedido de desculpas pelos problemas técnicos em relação à transmissão da assembleia, mas que esperam resolver oportunamente para que exista transparência do que são as sessões, promovendo a participação dos cidadãos nestas atividades. Em relação ao voto de pesar do funcionário da Junta, reconhece que ele entrou tardiamente e lamenta isso mesmo, mas que tiveram em consideração o teor do mesmo e que no passado recente houve situações análogas. Menciona que, naturalmente, os regulamentos e os regimentos são para ser cumpridos e que, nesse sentido, tentaram enviar em tempo oportuno todos os documentos aos membros da assembleia de freguesia, para que houvesse debate. Saudou o facto de esses contributos terem sido frutuozos. Em relação aos PDFs, refere que, no futuro, sendo que a primeira página tem de ter uma assinatura, farão para facilitar a sua leitura e pesquisa por palavra-chave. Menciona que desejam mais transparência e escrutínio, realçando que as matérias orçamentais são de difícil entendimento e que é importante descodificá-las, para que qualquer cidadão as possa entender, acrescentando que as verbas são de todos e é necessária uma maior transparência. Relativamente à saudação do direito de oposição, refere que têm todo o gosto de discutir com todas as forças políticas e que conta com o seu contributo. Em relação às propostas, saúda o seu teor construtivo e que o executivo acolhe todas as deliberações vindas da assembleia de freguesia nos plenos poderes que lhe são conferidos.

**Não havendo mais comentários, o Presidente da Assembleia de Freguesia passa à votação das moções, recomendações e votos.**

**Moção n.º 1: 25 de Novembro de 1975**

APROVADA POR MAIORIA, COM 10 VOTOS A FAVOR (5 PSD; 4 CDS; 1 CHEGA), 1 ABSTENÇÃO (IL) E 8 CONTRA (5 PS; 1 LIVRE; 1 BE; 1 CDU)

**Moção n.º 2: Metropolitano de Lisboa: Linha em Laço em vez da Linha Circular**

APROVADA POR MAIORIA, COM 12 VOTOS A FAVOR (5 PSD; 4 CDS; 1 CDU; 1 CHEGA; 1 IL) 5 ABSTENÇÃO (5 PS) E 2 CONTRA (1 LIVRE; 1 BE)

### **Moção n.º 3: 25 de Novembro – Um eixo central**

APROVADA POR MAIORIA, COM 11 VOTOS A FAVOR (5 PSD; 4 CDS; 1 IL; 1 CHEGA) E 8 CONTRA (5 PS; 1 LIVRE; 1 BE; 1 CDU)

### **Recomendação N.º 1: Orçamento Anual - mais próximo do cidadão. Prática de comunicação que promove a proximidade e transparência**

APROVADA POR MAIORIA, COM 12 VOTOS A FAVOR (5 PSD; 4 CDS; 1 LIVRE; 1 CHEGA; 1 IL), 7 ABSTENÇÕES (5 PS; 1 BE; 1 CDU)

**João Condesso (Chega)** faz uma recomendação à recomendação, o voto é a favor, mas considera que, primeiro, se deveria manter o resumo que atualmente existe, com os mapas de despesas e receitas, com os montantes simplificados, e, segundo, que esta melhoria na informação não aumente os custos com a produção da mesma.

### **Voto de Saudação N.º 1: Manifestação “Avançar é Preciso”**

VOTOS A FAVOR: LIVRE (1) BE (1) CDU (1). ABSTENÇÕES: 0. VOTOS CONTRA: PSD (5) CDS (4) PS (5) IL (1) CHEGA (1). O VOTO DE SAUDAÇÃO FOI REJEITADO, COM 16 VOTOS CONTRA E 3 A FAVOR.

**João Vás e Lima (PSD)** realça que apesar de estarem do lado dos trabalhadores, é necessário perceber se a economia tem capacidade para absorver essas medidas.

**Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP)** afirma que não se reveem nos termos do voto, mas que são a favor de alguns dos pontos que lá vêm referidos, sendo contra as 35 horas semanais e o sobrecarregar que provocaria nas empresas em altura de pandemia, mas que estão sempre a favor de aumentos salariais e de melhores condições para os trabalhadores.

### **Voto de Pesar n.º 1: Pelo falecimento de Alcinda Natividade Lopes de Matos Pancadas**

APROVADO POR UNANIMIDADE

**Voto de Pesar n.º 2: De pesar pelo falecimento de Horácio Vale César**

APROVADO POR MAIORIA, COM 18 VOTOS A FAVOR (5 PSD; 4 CDS; 5 PS; 1 LIVRE; 1 IL; 1 PCP; 1 BE), 1 ABSTENÇÃO (CHEGA)

**João Condesso (Chega)** solicita uma declaração de voto, para dizer, na sequência da menção que já tinha feito no início, que o Sr. Horácio César não fez parte da Junta.

**Presidente da Assembleia de Freguesia do Lumiar** refere que o Dr. Horácio Vale César foi um jornalista conhecido, com currículo, que colaborou com o grupo parlamentar do PS na Assembleia da República, considerando que neste caso se justifica o voto de pesar.

**Voto de Pesar n.º 3: Pelo Falecimento de José Carlos Teixeira Alves**

APROVADO POR UNANIMIDADE

**Presidente da Assembleia de Freguesia** informa que chegaram ao último documento do PAOD (Período Antes da Ordem do Dia) e que tiveram as votações e os comentários.

**Nelson da Rocha (BE)** afirma que o Presidente da Junta tinha dito que seriam criadas as condições tecnológicas para quem está ali e quem está fora, o que deveria ser posto em prática. Acrescentando que nos tempos atuais, assistir a estas falhas todas é desolador, o computador não funciona, o Wi-Fi não funciona.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** afirma que vão ter em atenção essa situação.

**Carlos Figueira (IL)** chama a atenção que no voto de pesar relativo a José Carlos Teixeira Alves aprovaram também um minuto de silêncio.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** afirma que gostava que o minuto de silêncio fosse para todos os que estavam referidos nos votos de pesar, dizendo que depois farão um intervalo de 30 minutos e que regressam de seguida. Antes da pausa, solicita então um minuto de silêncio pelas pessoas falecidas.

## **Intervalo**

**Presidente da Assembleia de Freguesia** recomeça os trabalhos, informando que vão entrar no Período Aberto ao Público, dando a palavra a cada um dos inscritos.

**Sr. Bruno Gaspar** começa por saudar todos os presentes e agradecer a oportunidade. Afirma que quer falar do parque dos rebocados da EMEL, sendo este um tema que já tinha apresentado em assembleias anteriores, inclusive já tendo feito um *report* com imagens com os vários problemas que essa obra acarreta, nomeadamente com a aproximação de mais quatro vias adicionais ao pé das habitações, a redução de passeios e de lugares de estacionamento, para além de não ter havido um estudo de impacto ambiental, a todos os níveis. Acrescenta que desde agosto que a obra está parada e completamente ao abandono e que isso representa uma quebra de contrato, solicitando à Junta de Freguesia que, aproveitando essa oportunidade, altere o rumo daquela obra, já que a mesma não favorece os moradores, devendo fazer-se ali um parque desportivo inter-geracional e espaços verdes, corrigindo esse erro, que seria uma obra provisória. Acrescenta que para não se gastarem dinheiros públicos sem mais nem menos, e já que a obra está parada, aproveitar para pôr ali algo proveitoso para toda a gente.

**Sr. Jorge Rolo** começa por informar que pediu para participar para falar da higiene urbana. Faz uma introdução referindo que o novo executivo ainda não está nos 100 dias, realçando que as três grandes bandeiras dos Novos Tempos eram a localização da sala de chuto, da qual nunca mais ouviu falar em nada, a linha circular do metro, tendo já ouvido o ministro a dizer que não muda uma linha, e, em terceiro lugar, a higiene urbana, em relação à qual tentou nestes dois meses perceber se houve alguma melhoria e não houve nada, tentando contactar, nesse período, o Sr. Fernando Baião, afirmando, fazendo um parêntesis, que gostaria de lhe dar novamente os parabéns por ter sido o promotor da providência-cautelar

para acabar com a sala de chuto. Acrescentou que teve a sorte de o encontrar e que ele lhe disse que neste momento não têm meios técnicos e financeiros para poder alterar aquilo que estava a ser feito e que aguardava pelo novo orçamento, tendo falado também de vários projetos, sugerindo-lhe pôr alguns deles em discussão pública, esperando daí a três meses estar ali a dar os parabéns ao Sr. Fernando Baião, já que ele está a contar com a estrutura que tem e com mais meios para dar a volta. Terminou lembrando as três bandeiras dos Novos Tempos, que considera terem sido as responsáveis pela derrota do PS na freguesia.

**Representante da Associação de Pais da Escola Básica da Quinta dos Frades, Sra. Ana Rita Alves** refere que quer perceber como estão os pontos pendentes, nomeadamente a colocação de telheiros na escola, afirmando que gostava de saber como está essa situação.

**Sr. Joaquim Canhoto** começa por afirmar que vive numa zona de guerra, no eixo de corte da freguesia, com vista para as barreiras sonoras que nos deixam adivinhar vultos de veículos, durante o dia passam de mansinho e que a altas horas da noite se fazem notar em corridas ilegais, mas que apesar disso considera que vive num sítio agradável, ou que poderia ser agradável, já que está destruído e deixado ao abandonado. Acrescenta que vive com uma obra abandonada pela empresa que a mandou construir e que na altura das eleições dizia o então presidente da Junta que havia escassez de materiais, o mesmo que na última sessão da assembleia, com aquela conversa que atropela e cheia de retórica vazia, que vemos hoje que não tinha qualquer compromisso, e feita a alta velocidade que o deixava atordoado, dizendo que era um parque temporário e que depois seria definitivo noutra local. Percebeu que esta era uma prática da EMEL, fazem parques temporários que depois passam a definitivos. Como se não bastasse o estaleiro onde vivem, acrescenta que têm uns semáforos com um sincronismo desconcertante. Para ajudar a esse cenário, menciona que têm os fiscais do EMEL a multar e a bloquear veículos e um estacionamento recente que está bloqueado pela obra. Termina afirmando que este é o cenário em que vivem, em jeito de paródia, mas que esta é a realidade. Solicita, por favor, que olhem por eles e resolvam os seus problemas.

**Sra. Sandra Justo Cardoso** começa por agradecer a oportunidade de poder falar. Quer abordar a construção do parque de rebocados da EMEL que, nesse momento, é de

desconstrução, já que a obra está parada desde agosto, sem nada que o justifique, o que aumenta o caos de tráfego e de mobilização na zona. Afirma que, aproveitando essa paragem na obra, se deveria repensá-la e regressar ao projeto inicial, que era a construção de um espaço verde e que depois foi alterado para um parque desportivo inter-geracional. Acrescenta que depois tudo se alterou de forma significativa e surpreendente em 2020, sem qualquer tipo de auscultação dos fregueses. Afirma que esta não consulta, levou a uma petição que já conta com mais de 200 assinaturas, realçando que é importante perceber que as obras alteraram o sentido do trânsito e, supostamente, a rua só admite o trânsito de moradores, só que não é isso que acontece. Reforça que essa obra parada como está, acarreta transtornos diários e reais, até porque essa construção não teve em conta critérios ambientais, ao nível da poluição atmosférica e sonora, que já são muito abundantes por estarem a paredes meias com o eixo norte-sul. Afirma que lhes tinham dito que era uma construção provisório, mas questiona o porquê de alocar fundos públicos a uma obra provisória, dizendo o presidente da altura que já havia um espaço para a construção definitiva junto do Cemitério do Lumiar, questionando então o porquê de não se canalizar a obra e os recursos para a construção definitiva. Reforça que essa zona está em franca expansão, já que estão a construir muitos fogos na Azinheira da Cidade, e que isso significa que haverá um aumento de tráfego. Juntando isso ao que acarretará o parque dos rebocados, refere que isso significa que essa situação vai gerar um caos na zona, que poderia ser um cartão-de-visita para a freguesia do Lumiar. Termina afirmando que se deveria aproveitar a paragem da obra para a mudar para uma zona verde ou a construção do equipamento desportivo e que se resolva a situação o mais depressa possível, já que a obra parada paralisa por completo o trânsito na Rua Professor Manuel Valadares. Termina dizendo que esse seria o presente ideal que o executivo da Junta poderia dar à rua onde vive.

**Sra. Maria das Dores Cunha** começou por saudar todos os presentes, para de seguida falar da Urbanização da Quinta de Alvalade, que considera ser um cartão-de-visita para a freguesia do Lumiar, mas que só o é porque alguns dos seus moradores bateram recordes de participações em reuniões da assembleia de freguesia e da assembleia municipal, mas que não conseguiram evitar todos os erros. Realça que tudo do que irá falar não custa dinheiro e que só não foi resolvido por inércia. Começa por abordar a iluminação pública da Rua José Travassos, do lado das traseiras do Hospital Pulido Valente, afirmando que há 10 anos que ali mora e que nunca viu uns candeeiros de iluminação pública assim, que estiveram

desligados 2 ou 3 anos e têm sempre candeeiros avariados, acrescentando que há 6 meses que essa fileira de candeeiros tem 4 deles sem luz. Informa que sabe que essa situação é da responsabilidade da EDP, mas também sabe que a Junta costuma fazer um levantamento dessa situação. Informa que ligou para a EDP e para a Junta a alertar, até porque a Rua José Travassos, do lado do Hospital Pulido Valente e do lado do Instituto Ricardo Jorge, é muito escura e por isso causa falta de segurança e até problemas com acidentes de automóveis, situação provocada pelo facto de haver permanentemente candeeiros avariados nessa rua, reforçando que não conhece mais nenhum caso de iluminação pública que tenha sistematicamente 4 e 5 candeeiros avariados.

A segunda questão apresentada prende-se com o jardim que estava planeado na Urbanização da Quinta de Alvalade, tendo o mesmo sido feito. Refere que há cerca de ano e meio, o primeiro prédio da Rua José Travassos teve um problema de infiltrações e era junto a esse prédio que começava o jardim, que tinha até dois bancos e várias plantas. Acrescenta que foi colocada uma divisória junto àquele prédio e que sempre pensaram que, terminando as obras de reparação da parede desse prédio, iriam repor o jardim, que foi feito com uma garantia bancária do promotor, que não cumpriu o que deveria ter cumprido, e também com dinheiro da Câmara Municipal de Lisboa (CML), mas que, passados mais de dois anos, continuam lá as plantas e os bancos do jardim amontoados e o espaço público continua vedado com uma rede.

Em relação à terceira questão, afirma que há um terreno baldio, que julga destinar-se à construção de mais um edifício, que confina com o jardim que está no meio dos prédios, e que, avisadamente, lá colocaram umas estruturas de betão para evitar que houvesse estacionamento selvagem nesse terreno baldio. Realça que há mais de um ano que um desses blocos de cimento foi retirado, permitindo a passagem de veículos para esse terreno baldio, já começando a haver, em dias de jogos, um estacionamento naquele espaço, que é perigoso e que fica junto a alguns terraços de dois prédios, tornando mais difícil o trânsito ali, não percebendo o porquê de não haver ninguém da EMEL ou da Junta que reponha aquela placa de cimento.

Por outro lado, realça que desde que vive nesta urbanização, e antes viveu 13 anos na Rua Manuel Marques, e aí sentia-se uma freguesa do Lumiar, ao contrário dali em que se sente num território limítrofe e mais parece que não contam para a Junta de Freguesia do Lumiar. Acrescentou que gostavam de ter uma iluminação de Natal como aquelas árvores que viu iluminadas na Quinta do Lambert e que eles também poderiam ter uma. Termina dizendo que o sentimento dali dos moradores é que estão numa terra de ninguém, não são

de Telheiras, mas também estão no limite do Lumiar, esquecendo-se muito deles. Considera que os quatro assuntos que enumerou praticamente não custam dinheiro e que é só uma questão de competência e de eficácia.

**Presidente da Assembleia de Freguesia dá por terminado o Período Aberto ao Público, passando a palavra ao Presidente da Junta para responder às questões levantadas.**

**Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar** começa por agradecer a participação dos fregueses, realçando que há um assunto que foi referido por vários deles, acrescentando que vai agrupar os temas, que tem a ver com o parque de rebocados da EMEL, sendo esta uma situação que os preocupa e que o abandono da obra lhes gera uma necessidade de atuar para regularizar a situação. Destaca que, por um lado, há a questão da circulação e dos arruamentos, gerando dificuldade ao nível da fluidez do trânsito e do estacionamento, e, por outro, a função a dar àquele espaço. Como estava inicialmente previsto, pretendia-se usar o espaço como sendo de fruição dos fregueses e não para um fim que não é útil para eles. Considera que há outras localizações mais adequadas para esse parque de rebocados e que não se esteja a ocupar um terreno que seja particularmente útil para os fregueses. Informa que estão a promover diligências junto da Câmara Municipal de Lisboa e da EMEL para resolver o problema de trânsito e, por outro, a acautelar a possibilidade de que esta obra ainda sirva a população, encontrando uma solução mais adequada para o parque de rebocados da EMEL.

Respondendo ao Sr. Jorge Rolo, relativamente à sala de consumo assistido, afirma que o não haver notícias por vezes é uma boa notícia, que é aqui o caso, acrescentando que foi revertida a sua construção e o estaleiro desmontado, estando a aguardar os relatórios da comissão social para fundamentar essa situação, mas que por agora não está para avançar a construção daquele espaço.

Relativamente à linha circular, afirma que a situação está mais complicada e que defendem uma situação alternativa, que não isole os fregueses do Lumiar, obrigando-os a transbordos desnecessários, com a solução da linha em laço, mais simples e que não onera o erário público, que poderia seguramente permitir uma melhor solução, ou, pelo menos, uma menos má para este eixo de desenvolvimento.



Em relação à questão da higiene urbana, afirma que é uma das prioridades que identificaram, como estava vertido no programa eleitoral com que concorreram às eleições, e que também está nas grandes opções do plano, nomeadamente o posto de limpeza de Telheiras, o melhoramento do equipamento disponível, o reforço dos recursos humanos, esperando, assim, oportunamente, conseguir dar uma resposta mais adequada a essa questão.

Em relação à associação de pais e dos telheiros da escola, afirma que, tanto quanto sabe, a situação já está a ser discutida junto da CML e que pretendem oportunamente poder dar uma resposta, que esperam que seja positiva, acrescentando que sabem que há vários estabelecimentos a precisar de intervenções, mas que esperam conseguir operacionalizar essas diversas questões para que sejam resolvidas.

Em relação à Quinta da Alvalade, refere que algumas das matérias dependem da CML e têm-nas encaminhado, tendo também tomado nota do terreno baldio, do jardim e da iluminação pública, que considera que devem ser resolvidas de forma o mais célere possível.

Relativamente à iluminação de Natal, realça que também eles gostariam de oferecer melhores e mais abundantes luzes de Natal aos fregueses, mas que devido ao pouco tempo disponível para fazer o concurso de adjudicação das mesmas e também face às fortes restrições financeiras que encontraram, não foi possível fazer diferente, esperando na próxima vez dar uma iluminação melhor, sem excluir ninguém. Aproveita para pedir que os cidadãos sinalizem as situações a nível local, não precisando de esperar pela assembleia de freguesia, podendo dizê-lo através do *site*, por email ou agendando uma reunião com as pessoas que trabalham nas diferentes áreas, acrescentando que têm todo o gosto em acolher as queixas, as sugestões e as opiniões dos fregueses.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** agradece ao público e abre a assembleia aos seus membros, caso queiram fazer algum comentário à intervenção do público. Não havendo ninguém, avançou para o Período da Ordem do Dia, pedindo ao Presidente da Junta para iniciar com a sua Informação Escrita, solicitando-lhe também para falar dos outros documentos que estão a apresentar, elaborados pelo Executivo, para depois os membros das várias forças políticas poderem fazer as suas apreciações e os seus comentários.

**Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar** começa por sinalizar que apesar da tosse do presidente da assembleia de freguesia todos os presentes foram testados, para além de estarem a usar máscara. Realça que todos os documentos foram distribuídos pelos membros da assembleia de freguesia e que, dessa forma, não se vai alongar excessivamente em relação aos mesmos. Afirma que tentará fazer um resumo do quarto trimestre de 2021, que correspondeu a um período de assumir as pastas, conhecer os dossiers e tomar contacto com as diversas questões. Realça que gostariam de ter tido uma maior capacidade de resposta, mas que esta fase inicial foi o momento de organizar a Junta e as diversas questões. Informa que estiveram perante uma situação de recurso humanos bastante débil, como também ao nível da disponibilidade financeira, onde têm dificuldades. A Junta assume todos os seus compromissos, acrescentando que estão a obter em maior detalhe todo o panorama, mas que, apesar dessa situação, assumiram todos os compromissos e que têm tido particular parcimónia em assumir novos compromissos, por saberem que há limitações importantes.

Relativamente à implementação das suas propostas, que foram sufragadas pelos cidadãos do Lumiar, informa que estão a desenvolver esforços nesse sentido, promovendo uma maior transparência e uma disponibilidade no atendimento. Foram reunindo com diversas instituições, apesar de nesta altura ainda estarem mais virados para dentro do que para fora, esperando em breve estarem mais presentes no terreno e mais próximos das pessoas.

Em relação aos espaços verdes, informa que será preciso lançar um novo concurso internacional, apurando as diversas áreas verdes que possam ser incluídas nesse contrato, que contam lançar em breve. Acrescenta que foram acompanhando as diversas obras, como o parque de rebocados da EMEL e que esperam dar seguimento em breve a essas diversas situações.

Em relação à higiene urbana, realça que tem havido uma reorganização do trabalho e uma intervenção em vários eixos, esperando que os resultados sejam visíveis muito em breve.

Relativamente aos recursos humanos, refere que estiveram a identificar as diversas situações pendentes do passado, como é o caso da avaliação, que ainda está pendente e que esperaram resolver em breve, dos processos de publicação das mobilidades e das consolidações, pretendendo conseguir regularizar essas diversas questões oportunamente.

Realça que pretendem aumentar a receita própria da Junta, que é o que torna possível prestar melhores serviços aos fregueses e que em relação à tesouraria houve um trabalho

extenso para identificar o que estava pendente e os desvios em relação ao que era o orçamento e a receita efetiva.

Informa que na ação social manteve-se o trabalho que já estava em curso, dando uma particular menção à habitação e ao Bairro da Cruz Vermelha e a alguns processos de realojamento, referindo que nesse dia esteve na CML para dar mais casas a habitantes do Lumiar.

Relativamente à educação, informa que foram feitas várias reuniões com instituições e que, numa componente mais lúdica, promoveram um magusto para as crianças e uma pequena lembrança no Natal.

Na cultura, realça a reorganização das regras para os diversos espaços da Junta e a promoção de diversos eventos, como o Concerto de Natal, que se realizou no dia anterior, o Festival Música no Termo e algumas iniciativas que foram ocorrendo nas diversas instalações culturais da Junta e no território.

No desporto, destaca a articulação com as diferentes organizações, tentando maximizar os diversos espaços que têm.

Por fim, em relação à comunicação, refere que houve um problema inicial relativamente ao *website*, que está em vias de ser resolvido, acrescentando que pretendem encontrar os melhores canais de comunicação para que a informação chegue de forma mais ágil junto dos fregueses.

No que diz respeito às grandes Opções do Plano, o Presidente da Junta dá conta de que todos os membros da assembleia têm toda a informação na sua posse, referindo que, na prática, ela é a materialização da proposta que trouxeram para os fregueses do Lumiar e que pretendem implementar no próximo ano. Refere que é importante sinalizar as restrições financeiras que têm, que já tinha mencionado no relatório trimestral, e que colocam em causa a execução do próximo orçamento. Afirma que este orçamento é mais próximo daquilo que é a realidade, realçando que o anterior está desfasado da realidade. Acrescenta que pretendem promover a cidadania, a participação, a transparência e tomaram boa nota das sugestões que as diversas forças políticas fizeram chegar, esperando poder fazê-lo de forma sistemática, para que todos percebam onde está a ser aplicado o seu dinheiro.

Destaca que há três áreas prioritárias, a higiene urbana, o espaço público e os espaços verdes, e que querem reforçar essas áreas. Acrescenta que de forma também importante têm os Contratos de Delegação de Competências (CDCs), com algumas pendências

anteriores e que os impede de aceder às tranches subsequentes do financiamento, sendo que têm de regularizar essa situação junto da Câmara e que esperam encontrar outras áreas que possam ser alvo de contratualização.

Em relação aos recursos humanos, afirma que têm um quadro de pessoal que ainda tem a possibilidade de ingresso de novos trabalhadores, procurando encontrar sempre as soluções que sejam as mais adequadas e que permitam o lançamento de concursos e a integração desses recursos humanos nos quadros da Junta. Reforça que querem resolver as questões de avaliação de desempenho e as relativas ao atendimento, pretendendo modernizá-lo e torná-lo mais digital, mais *online*, para que possa estar mais próximo dos cidadãos, sem esquecer a acessibilidade, para que todos possam usufruir em pleno dos serviços da Junta.

Volta a frisar as prioridades que são a limpeza e o espaço público. Na educação, refere que tiveram a necessidade de converter as diversas atividades mais àquilo que é a necessidade dos cidadãos, que abranjam todas as crianças da freguesia, para um melhor resultado pedagógico para todas elas. Na juventude, querem promover a sua participação, para que possam usufruir mais e melhor da freguesia.

Refere que a UTIL (Universidade da Terceira Idade do Lumiar), que acarinham muito aqui na freguesia, ao nível infraestrutural e de recursos humanos precisa de uma atenção da sua parte.

Em relação ao desporto, menciona a criação dos centros de treino.

Em termos de infraestruturas, sabem que há várias áreas que carecem de intervenção e que estão a desenvolver os esforços para identificar essas áreas. Algumas instituições estão a precisar de espaços, mencionado que estão a tentar inventariar todas essas necessidades para melhor lhes fazer face.

Voltando ao desporto, refere que têm uma enorme carência de oferta desportiva, como a questão da falta de uma piscina, concluindo que nessa área é reduzida a oferta que têm na freguesia e que têm de a melhorar.

Refere que é importante investir nas tecnologias, como se viu nesta assembleia. Pretende uma melhoria de oferta para os funcionários, com ferramentas informáticas, tanto na prestação dos serviços como na organização interna.

Na questão da mobilidade e trânsito, considera que têm muito para melhorar, já que é uma freguesia em franco crescimento e é preciso ver a questão da mobilidade rodoviária e do estacionamento.

Realça uma aposta na saúde e no bem-estar, já que considera que as juntas de freguesia podem e devem ter um papel importante nesse sentido.

Na ação social, refere que sabem que têm uma freguesia muito desigual e que estão a identificar as necessidades, vendo quais são as melhores soluções para intervir nesse sentido.

Em relação à participação e à transparência, a inclusão também é muito importante, já que querem trazer todos para o espaço público, ponderando de que forma os cidadãos podem também ser mais participativos na gestão da sua junta, com orçamentos participativos e outras ferramentas que podem ser colocadas ao seu dispor.

Passando para as questões mais de nicho, como o bem-estar animal, realça que pretendem melhorar essa área. Pretendem também uma aposta numa maior literacia científica, querendo apostar nisso.

Na cultura, à semelhança do desporto, afirma que têm poucos espaços culturais, sendo que é preciso encontrar melhores soluções para ter uma boa oferta para os fregueses, mas também para trazer mais pessoas ao Lumiar. Organizar os espaços da freguesia, introduzindo as regras para a sua utilização, e encontrar soluções de parceria e colaboração para promover mais e melhor atividades culturais na freguesia.

Realça que as atividades económicas são centrais, sendo que querem que a freguesia seja um dos melhores locais para empreender, para prestar serviços, para ser inovador, tendo todo o interesse em que isso possa acontecer de forma mais sustentável, através de ferramentas com melhores condições para o fazer e com espaços para as empresas poderem trabalhar em parceria.

Refere que o orçamento reflete essas prioridades, sendo que acaba por ter algumas limitações no que diz respeito àquilo que é a situação presente, sabendo que há um conjunto de matérias que carecem de ser resolvidas e que precisam de encontrar soluções para fazer face a essas necessidades em tempo útil. Menciona que os próximos tempos serão duros e muito difíceis, mas considera que isso será ultrapassado da forma o mais rápida e mais ágil possível, preservando os compromissos assumidos pela Junta de Freguesia.

De seguida, aborda o Plano Plurianual de Investimento, realçando que ele ainda não tem nada de muito significativo, até porque o inventário ainda está a ser elaborado, mas oportunamente terão a necessidade de o levar ali para que todos possam apreciar e validar essas situações.

Em relação ao mapa de pessoal, refere que este tem apenas situações cirúrgicas, com a criação de três lugares de chefes de divisão que consideram fundamentais para uma melhor organização, e de uma forma mais ágil, dos serviços. É muito importante que esta estrutura seja mais robusta e mais sólida e que possa funcionar quase de forma autónoma, independentemente de quem esteja no executivo da Junta. Têm então a proposta de reorganização de serviços, com três divisões, com os diversos núcleos dentro dessas divisões, esperando que essa nova organização seja importante para conseguirem implementar as medidas que preconizam.

Por fim, aborda os dois regulamentos, relacionados com a Galeria Liminare e o Auditório da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, que na prática são para regular as regras de funcionamento desses dois espaços da freguesia.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** agradece ao Presidente da Junta a apresentação dos documentos elaborados pelo Executivo, abrindo o debate às forças políticas que queiram intervir, aceitando intervenções por ordem de inscrição.

**João Condesso (Chega)** refere que pretende fazer uma pequena nota em relação às observações que o Sr. Presidente fez do último trimestre de 2021 e face à situação crítica financeira, afirmando que as transferências correntes são injustificadas face à situação financeira da freguesia, inclusivamente nem para liquidar o subsídio de Natal havia fundos, para além de outros apontamentos que foram feitos. Questiona o que se pretende fazer em relação a essa situação, colocando a hipótese de se pensar em realizar uma auditoria às contas dos últimos 2 anos, verificando as causas desses desequilíbrios, que não deveriam ter acontecido. Considera que o orçamento deveria de ser mais equilibrado e que existe uma diferença de 1 milhão e qualquer coisa em termos de despesas, estranhando toda essa situação.

**João Vás e Lima (PSD)** realça que encontrou três grandes temas nos documentos e um investimento elevado nos espaços verdes e na higiene urbana, questionando como foi quantificada a necessidade desse investimento e desse aumento de recursos e de mão-de-obra. Por outro lado, uma reorganização na gestão dos recursos humanos, perguntando em que estado a Junta estava para ser necessária essa grande reorganização. Também questiona que impacto é que a atual situação financeira vai ter no orçamento futuro.

**Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP)** começa por dizer que gostava de abordar de uma forma mais política os documentos apresentados. Começando pelas Opções do Plano, questiona se é possível fazer um documento mais sucinto, mais direto e que contenha as prioridades dos Novos Tempos. Realça que é por demais evidente a necessidade de que a primeira prioridade pode não dar votos, mas que é a maior base para se começar um bom trabalho, afirmando que há um desfasamento na cultura organizacional, de modernização administrativa, de organização dos serviços, e que estes são fatores críticos de sucesso e que têm claramente de semear hoje para colher nos próximos anos. Acrescenta que não vão fazer muita coisa no primeiro ano, mas que têm claramente de semear hoje para colher no futuro. Afirma que algo os fazia crer que alguma coisa não estava bem. Arrumar a casa é a primeira pedra, ou a pedra angular, para depois se conseguir fazer coisas que irão ao encontro das promessas eleitorais. Realça que as três principais apostas vertem exatamente aquilo, tendo o público sido muito certo também nisso, corroborando-o. Em termos de recursos humanos, refere que o documento é cristalino, a Junta tem 175 postos de trabalho, estando 118 postos ocupados e 75 funcionários cessam os serviços no final do mês, perguntando se isso é verdade, como vão lidar com essa situação e que estratégia vão seguir. Vai começar o novo ano e, por isso, menciona que gostaria que o presidente se referisse de como vai atacar isso, qual será o exercício e o que deixarão de fazer para fazer face aos encargos que vêm do passado. Termina dizendo que, face a 2021, o orçamento de 2022 reduz as receitas de 9 milhões para 7,5 milhões, notando-se já aí um esforço de super-redução, porque é despesa que se deixa de fazer. Termina referindo que está aí um primeiro exemplo do que é contenção, sendo ela forçosa e não voluntária.

**Francisco Ferreira (Livre)** referiu três pontos, primeiro em relação ao Orçamento, discorda da última intervenção e pede esclarecimentos sobre o porquê da receita estimada aumentar 1 milhão de euros, passando de 6,5 para 7,5 milhões, isto depois da mensagem do

presidente ter sido crítica em relação ao anterior executivo, por este não ter sido conservador na parte das receitas. Realça que existe aqui uma crítica ao anterior executivo, por não ter sido conservador a esse nível em tempos pandémicos, mas depois aumentam em 1 milhão a receita. Refere que deseja abordar duas coisas que lhe parecem estar em falta, primeiro sobre a transparência, faltam muitas coisas, não se fala de uma política de dados abertos, limita-se a participação cívica a duas iniciativas, não se é transparente ao nível da implementação de objetivos de redução do impacto ambiental dos edifícios da Junta de Freguesia, faltando as métricas, que deveriam ser públicas. A segunda parte que lhe parece também muito insuficiente relaciona-se com o falar muito pouco da questão ambiental, sendo tudo muito escasso e muito disperso, não havendo metas definidas e não se falando em estratégia para os espaços públicos. Acrescenta que não se fala também em recolha de eletrodomésticos e outros bens. Realça que falta muita transparência e sustentabilidade ambiental e gostaria de ser esclarecido se tinha sido por lapso.

**Marta Vieira (PSD)** relativamente a todos os documentos que foram apresentados foca-se no ponto 9, que se refere à tesouraria, da informação escrita do Presidente e naquilo que foi dito ao longo da sua apresentação. Centra-se na questão do orçamento de 2020 ter-se baseado em uma receita idêntica à do ano anterior e que claramente não foi concretizado nem foi corrigido, levando a uma diferença orçamental grave, que condiciona à partida toda a ação do Executivo. Tendo em conta esse défice deixado pelo anterior executivo do PS, levantou três questões: como será enquadrada essa dívida herdada, onde estão espelhadas as dívidas anteriores que não estavam cabimentadas e como é que essa dívida irá condicionar o programa de ação em 2022. Em relação aos recursos humanos, afirma que houve um aumento na despesa em 2020, relativamente a 2021, em que 20% desse total de aumento foi gasto no mês de outubro, afirmando que gostaria de saber onde foram gastas essas verbas.

**Pedro Ângelo (PS)** começa por relevar o tom com que o presidente fez a informação escrita do último trimestre do ano e como suavizou a forma como apresentou a questão sobre a situação financeira da Junta de Freguesia, ao contrário do que está vertido na informação. Afirma que vinham com o lema de Novos Tempos e que estes não se serviriam de velhas habilidades políticas, com desculpas relativas ao anterior mandato. Esclarece que nem era para fazer esta comunicação, considerando que não se aprendeu



nada com o passado, acrescentando que o afastamento que os eleitores hoje têm da política revela que as pessoas não aprenderam nada, as pessoas querem a resolução dos seus problemas diários e estão cansadas desta coisa de que quem chega encontrou tudo mal e que não é possível nada fazer. Realça que o PS já sofreu a sua penalização, perdendo as últimas eleições. Acrescenta que não há necessidade alguma de tentar temporizar a ação do executivo dizendo que a situação financeira que herdaram era muito débil. Considera que a situação ainda que não estivesse folgada não estava assim tão comprometida, já que não estava em causa a solvência da Junta de Freguesia, não havendo a necessidade de dramatizar e de criar alarme. Reconhece que o novo executivo não herdou uma situação como há de 8 anos herdada por eles, mas na sua maneira de ver há coisas que na altura não eram feitas, ou que ficaram por fazer a favor do cidadão. Mas ainda assim, e dado que até houve algumas suspeitas da situação herdada, acrescenta que o grupo parlamentar do PS nunca se oporá a uma auditoria forense ou do que for, não tendo problemas em relação a isso. Refere que, e que lhe parece que na sala se esqueceram, quando se fala num desvio nas receitas, dizendo que infelizmente não se conseguiu crescer no pagamento das taxas, é que é preciso ter em consideração que houve uma pandemia, afetando as taxas relacionadas com os licenciamentos de eventos, esplanadas, etc.. No que diz respeito à questão do 1 milhão e tal de euros, aquilo que foi feito pelo anterior executivo foi tentar regularizar situações pendentes e entregar a Junta com situações de liquidação o mais possível. Reforça que não houve no mês de outubro uma atividade extraordinária do executivo da Junta, tentou-se sim arrumar a casa, com a situação liquidada. Lançaram suspeitas, mas a razão de ser era essa. Por outro lado, da parte do município, esclarece que existem várias verbas em falta para com a Junta de Freguesia, nomeadamente da higiene urbana. Acrescenta que houve muitos CDCs que, fruto da situação de pandemia que se vive há dois anos, ficaram pendentes e estão convictos de que o novo executivo terá a capacidade de ação de junto do município de Lisboa resolver essa situação. Relativamente a custos de água, menciona que houve um aumento à conta de um inverno menos chuvoso no ano anterior. Realça que por causa dos dois anos de pandemia, houve apoios que foram dados às coletividades, quase como emergência social, mencionando que nunca deixaram de dar apoio, nomeadamente quando as atividades estiverem suspensas, como as desportivas, nunca deixando de dar apoios aos clubes. Em relação ao SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública) e o porquê de não ter ficado concluído, menciona que no âmbito da comissão paritária houve alguns representantes dos trabalhadores que suscitaram algumas questões jurídicas e que por isso não ficou concluído, faltando só a

homologação, já que todo o processo de avaliação foi feito. Realça que não queria falar do passado, reforçando que o PS fará uma oposição construtiva, mas que terão de ser os senhores a apresentar os resultados. Sobre os documentos que apresentaram, menciona que folga saber que nas opções do plano aparece por 22 vezes a expressão “continuar” e por 8 vezes “prosseguir”, destacando que é assim contraditório dizer que tudo o que vem de trás foi mal feito. Quer acreditar que foram eleitos com um programa que vão acrescentar, mas que não precisam de fazer um discurso de política de terra queimado. Menciona que queria tentar perceber, em relação aos prestadores de serviços, se existem neste momento 75 pessoas em prestação de serviços, quer saber se vão aumentar para 80, que é isso que está previsto. Acrescenta que se querem lançar concursos para o quadro de pessoal, porque é que ao mesmo tempo aumentam o número de prestadores de serviços, ainda para mais, usando as suas palavras, tendo grandes restrições financeiras. Refere que em relação aos subsídios atribuídos às entidades, nada é referido e gostaria de saber se já atribuíram algum subsídio a algum clube ou coletividade, já que não encontrou isso na informação.

**Por já terem sido colocadas uma série de questões, o Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Presidente da Junta, acrescentando que depois, se houver mais questões, haverá uma segunda ronda.**

**Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar** refere que em relação à informação financeira, e no que diz respeito ao pagamento das remunerações dos meses de outubro, novembro e dezembro, a rubrica que continha esses montantes estava esgotada, não tendo havido planeamento inicial que acautelasse essas remunerações no orçamento, daí ter havido uma alteração orçamental para fazer face a essa situação. Realça que era uma despesa que seguramente se iria verificar, já que não era provável que os funcionários fossem despedidos ou se aposentassem, e estava afeta a outras rubricas que não esta. Reforça que isso não é desligado de haver uma diferença entre o que estava inicialmente orçamentado e a realidade que vieram a constatar, acrescentando que essas questões os preocupam e que encetaram uma consulta preliminar ao mercado de um fornecedor que elabore uma auditoria, para se identificarem essas questões e perceber as dificuldades, corrigindo-as, por forma a prestar um trabalho com maior transparência para todos. Simultaneamente, informa que o relatório de contas intercalar foi remetido, como é normal, para o Tribunal de Contas, podendo também ser apreciado. Sobre as verbas

alocadas aos espaços verdes e à higiene urbana, refere que são duas áreas nucleares da Junta de Freguesia, parte delas com delegação de competências. No caso dos espaços verdes, refere que há uma empresa que presta esses serviços, enquanto o volume principal da limpeza urbana está na Junta. Em relação à reorganização, não diz que não existia Junta, mas o que é verdade é que havia uma desorganização importante dos serviços, fazendo com que a sua operacionalização não fosse aquilo que desejassem, daí que um dos documentos apresentados seja a reorganização, nomeadamente no que diz respeito à distribuição de núcleos, dentro de divisões, para que os serviços possam funcionar de forma mais adequada. Dá um exemplo dessas dificuldades de recursos humanos, que são reais e objetivas, referindo que o processamento de salários, que tem de ser feito todos os meses, está alocado a uma avença de uma profissional que vem trabalhar em regime de pós-laboral, o que considera não fazer sentido e que é uma lacuna importante. Menciona que este exemplo é bastante transparente dessa dificuldade, reorganizar tem a ver com estas questões de recursos humanos que não estavam acauteladas. Em relação à questão da situação financeira, referiu que a questão é muito clara, ou seja, os compromissos assumidos pela Junta não têm verba disponível para serem pagos, no momento, não quer dizer que a receita depois não venha. Realçou que há dois problemas, há um problema orçamental e há um problema de liquidez e este impede-os de liquidar esses compromissos. Reforça que há um desfasamento entre aquilo que foi assumido pela Junta e os meios financeiros necessários para os suprir e é isso que está espelhado no documento. Acrescenta que é importante perceber que estão em tempos excecionais, ninguém o ignora, o que se coloca é que se em dezembro de 2019, quando o orçamento foi feito, era pouco crível que alguém previsse o que iria acontecer em 2020, já em dezembro de 2020 era manifestamente claro e estar a criar um orçamento para 2021 com uma receita igual à de 2020 é seguramente pouco avisado. Realça que já era expetável que a receita fosse bastante mais baixa, como apontavam já os números de 2020, esclarecendo que quando se diz que aumentaram a receita, na prática estão a diminuir em 1 milhão, porque a receita prevista quer para 2020 quer para 2021 era de 8 milhões e 800 mil e estão a prever 7 milhões e meio, por duas razões, principalmente porque a pandemia tenderá a resolver-se ao longo do próximo ano, mas também porque querem que isso possa acontecer, nomeadamente comparando com outras Juntas de dimensão idêntica, frisando que esta é a maior. Refere que estes primeiros tempos serão virados para dentro, porque há uma série de questões por resolver, algumas delas que são operacionais, de funcionamento, e que não têm capacidade para fazer para fora. Realça que não estão a encontrar desculpas no passado, mas que não

precisam de desculpas, os números estão nos computadores que os membros da assembleia têm à sua frente, ou seja, a receita não faz fase àquilo que é a despesa e isso é verdade para este ano, esperando para o ano colmatar essa diferença, com recurso a melhores soluções de gestão, dando o exemplo dos seguros, que são múltiplos e que se forem concentrados num único pacote global podem vir a permitir uma economia de escala, outro exemplo, criar uma central de compras, não é possível fazer uma gestão mês a mês para a aquisição de equipamentos, de materiais, de consumíveis, que são de consumo permanente, fazer isso pontualmente naturalmente acarreta mais despesa do que encontrar uma central de compras ou uma aquisição mais em volume. Refere que vai haver impacto durante as atividades de 2022 para se conseguir compensar essas dificuldades, realçando que esperam poder conter isso em 2022 e que não se repercute em 2023. Em relação aos recursos humanos, menciona que há uma imprecisão na pergunta que foi feita, os 118 não cessam os contratos no final do ano, ao contrário dos 75 prestadores de serviço que cessam essas funções em 31 de dezembro, sendo que a expectativa é que a esmagadora maioria seja recontratada no início de 2022, passando depois, progressivamente, alguns desses prestadores para uma maior estabilidade no seu emprego, transitando-os para os quadros da Junta, passando para o regime de contrato de trabalho em funções públicas, que será feito de forma progressiva durante o ano de 2022. Em relação à questão do desvio, refere que os números estão no documento que os membros da assembleia têm à sua frente, havia um compromisso de mais de 1 milhão e 765 mil euros e a receita estava na ordem dos 670 mil euros, o diferencial destes dois números, cerca de 1 milhão e 100 mil euros, é a diferença entre a receita prevista e os compromissos assumidos até ao final do ano. Realça que é evidente que para eles é muito importante cumprir com os compromissos que a Junta assumiu, independentemente se for deste executivo ou do anterior, mas que é importante refletir sobre isso e encontrar as soluções, portanto será um orçamento de contenção, realçando que estão ali para fazer aquilo que for melhor para os cidadãos, em função dos recursos disponíveis. Esclarece que os CDCs são distribuídos em 4 tranches, sendo que a inicial é de 40%, e para aceder a cada uma delas tem-se de acordar com a Câmara e mostrar a execução das tranches anteriores, acrescentando que estão num processo em que em relação à tranche inicial, dos 40%, ainda só um terço ou um quarto é que foi já foi aprovado pela Câmara e precisam de ir recuperando as restantes tranches no espaço de um ano. Refere que vão aumentar a receita, reduzindo a despesa, e a expectativa de cessar a pandemia e a retoma da normalidade face à situação de cobranças de taxas, acrescentando que houve coisas que deveriam ter acontecido e que não aconteceram. Menciona outro

exemplo, que liga com os recursos humanos, não existem fiscais na Junta, daí a dificuldade em cobrar essa receita. Esclarece que podem e devem fazer melhor nas métricas da sustentabilidade, para poderem ser avaliados, estando de acordo em relação à sustentabilidade ambiental. Têm de fazer uma abordagem bastante mais incisiva, estando várias coisas já pensadas, existindo financiamentos disponíveis para elas. Deu um pequeno exemplo, que pode relevar em relação a essa matéria, houve agora a oferta de umas pequenas lembranças às crianças da freguesia e tiveram a preocupação de evitar materiais não renováveis, escolhendo os mais adequados para cumprir esse papel, sendo este um pequeno sinal. Refere que é preciso ter a perceção de que as dificuldades de planeamento já poderiam ter sido acauteladas, nomeadamente a diferença na receita, sendo incompreensível que o orçamento de 2021 seja quase idêntico ao de 2020. Em relação aos gastos de outubro terem sido muito grandes, refere que é muito importante a tentativa de resolver o que ficava para trás, mas que tivessem resolvido efetivamente todos os compromissos que assumiram, assumiram-nos e tinham-nos saldado, o que não aconteceu e há essa diferença que vão ter de assumir. Acrescenta que a questão da pandemia não é um exclusivo da Junta de Freguesia do Lumiar, tem-se de olhar também para as outras juntas e para as outras realidades, sendo certo que houve perdas de receitas, em termos de apoio social houve um aumento da despesa, mas não é menos verdade que uma parte desse aumento da despesa é compensada por verbas externas à freguesia do Lumiar. Realça que não se compreende o terem mantido inflacionado algo que efetivamente já não iria acontecer. Em relação às cores e à facilidade ou dificuldade em resolver as coisas com a Câmara, refere que não acreditam em cores e que não trabalham com cores, trabalharão sim com transparência com todas as forças políticas, não têm nem mais nem menos facilidade em resolver os problemas, querem é resolver aquilo que deveria ter sido resolvido e não foi. Realça que se as coisas tivessem sido resolvidas, não estariam agora a passar por estas dificuldades. Refere que o SIADAP é um processo de avaliação dos trabalhadores que é bienal, sendo que a negociação dos objetivos e das competências deveria ter acontecido no início do ano. Realça que é verdade que há trabalho feito, mas não foi resolvida nem a avaliação nem os processos de ponderação curricular, estas matérias carecem de resolução. Reforça que não querem falar do passado, mas em função do que encontraram têm de o fazer, já que isso condiciona o que vão fazer, mas que não vai servir de desculpa até às próximas eleições. Em relação à atribuição de subsídios, refere que foram geradas junto das instituições um conjunto de expectativas às quais não estão a conseguir fazer fase porque não havia uma negociação anual desses subsídios, sendo que

quando as instituições lhes vêm pedir a verba, há uma dificuldade, porque não existe nem a verba nem o compromisso formal e sabem que há muitas instituições que dependem desses financiamentos, mas infelizmente não as conseguem apoiar neste momento. Informa, só para dar a expectativa, que estão em dezembro, estando em processo de pagamento dos salários, tendo já sido dada a ordem de pagamento, e o saldo disponível na conta da Junta de Freguesia do Lumiar são 21.693,36 euros, este é o saldo disponível. Refere que não podem ficar com o dinheiro em caixa, mas que estão numa situação em que não têm condições de dar serviços aos fregueses, mas que futuramente vão ter. Esclarece que o seu empenho nos próximos meses é, por um lado, identificar tudo o que está pendente em termos de despesa, sejam as que foram assumidas anteriormente e as que estão a assumir agora com muita parcimónia, e, por outro lado, encontrar as soluções do ponto de vista da receita para fazer fase a isso, estando empenhados nisso.

**Como mais nenhum membro do Executivo quer usar da palavra, o Presidente da Assembleia de Freguesia passa a palavra aos membros da Assembleia que queiram usar dela, solicitando que fossem sucintos.**

**Pedro Ângelo (PS)** refere que pretende fazer pequenos esclarecimentos, o Presidente da Junta tem insistido na ideia de que não houve prudência da parte do anterior executivo por ter orçamentado a mesma receita para 2021 igual à de 2020, quando já estávamos num cenário de pandemia. Menciona que o senhor Presidente sabe perfeitamente que aquilo que passámos no primeiro trimestre 2021 não estava equacionado por ninguém, o confinamento de 2021 foi muito mais duro do que o de 2020, tendo-se prolongado por mais tempo, tendo de reconhecer que a perspetiva de retrocesso em 2021 não seria tão grande, até porque tinham surgido as vacinas. Refere que esperam que em 2022 não se tenha de enfrentar uma nova situação de confinamento, porque se for necessária o senhor Presidente será o primeiro a defender o chamado *lockdown*. Esclarece que houve uma cabimentação da receita em 2021 porque a expectativa era que esse ano seria diferente de 2020. Acrescenta que estamos todos numa situação de profunda incerteza e não se sabe quanto mais tempo durará a pandemia, tem-se de ser prudente. Em relação às despesas, refere que houve um centro de vacinação na freguesia, que mobilizou recursos e gastos e que serão pagos pelo Município e o facto de o executivo camarário ser da mesma cor política, o que estava a querer dizer era que dispõem de canais que permitem atingir uma

comunicação mais produtiva, porque o que vão pedir não é mais do que aquilo a que têm direito, acreditando que terão mais facilidade na comunicação para resolver a situação. Frisou que no mês passado pagaram o subsídio de férias e este mês pagaram-se os vencimentos. Volta a frisar que não vale a pena dramatizar e criar uma situação de alarme, a situação não é folgada, mas de que não estão a falar de uma situação de falta de solvência da Junta de Freguesia do Lumiar, sendo preciso moderar o discurso.

**Artur Cunha Reis (PS)** afirma que quer prestar alguns esclarecimentos, sobretudo em relação ao que o Presidente da Junta disse na sua segunda intervenção, quando referiu que não terá havido planeamento na previsão de despesas com o pessoal e que foi necessária fazer uma alteração orçamental para cobrir essas despesas, querendo lembrar que naturalmente que houve um planeamento no âmbito da pandemia, que é uma realidade que veio furar muitas dessas contas. Refere que o centro de vacinação funcionou com pessoal e com recursos materiais da Junta de Freguesia do Lumiar, tendo sido muito elogiado por essa cidade fora, até de outras zonas da cidade, algo que constava na informação escrita de setembro. Menciona que essa foi uma despesa que terá de ser vista com a Câmara Municipal de Lisboa, porque foi a Junta que assegurou algo que é da competência camarária e que tem de ser reembolsada por ela. A Junta avançou com o dinheiro para cobrir essas despesas e agora terá de ser reembolsada pela Câmara Municipal de Lisboa, para poder executar os CDCs que tem contratados com a Câmara. Relativamente à previsão da receita, realça que a referência a uma certa imprudência na previsão da receita pode ser aplicada àquilo que o Presidente acabou de dizer na previsão para 2022, dizendo que reduz em 1 milhão o orçamento, a verdade é que disse que contam que a pandemia se tenderá a resolver, mas nesta altura estamos numa perspetiva com muitas dúvidas, com o primeiro-ministro a anunciar novas medidas mais duras de contenção do vírus, com uma nova variante e estamos todos a discutir terceiras doses generalizadas ou pelo menos dos 40 anos para cima. Acrescenta que todos esperam que as coisas melhorem, mas há sempre este exercício de fazer projeções para o ano que se segue. Também salientou o aumento da despesa relacionada com a pandemia, que envolveu equipamentos de proteção individual, testagem do pessoal da Junta, horas extraordinárias, trabalho suplementar, o programa “Quietinho em Casa”, os apoios extraordinários sociais que o Pedro Ângelo salientou, tudo isso veio extrapolar e implicar um aumento de despesas. Realça que houve de facto um esforço com o objetivo de entregar uma Junta tão limpa quanto possível, o Presidente diz que esse objetivo não foi alcançado, nesse âmbito têm de fazer mea-culpa, assumindo as

suas responsabilidades. Refere que não duvidam da capacidade deste executivo para resolver da melhor forma os desafios que se lhe impõem sobre a gestão orçamental da Junta, querendo reforçar que há uma dramatização da situação, indo ao encontro do que também diz o Pedro Ângelo.

**Bernardo Correia de Oliveira (CDS-PP)** refere que quer fazer três perguntas e dois comentários. Em que ponto se encontra a execução dos parques infantis? Segunda, gostava que explicassem o objetivo do Contrato de Delegação de Competências chamado de Nova Geração? Terceira, quanto custou à Junta de Freguesia o centro de vacinação? Porque o Presidente Medina era do PS e também havia boas relações no caso do anterior executivo. Dois comentários, vamos pagar aquilo que está assumido, agora esta moda do PS dizer que vai a eleições e depois não se pode falar é algo que consigo não pega. Por último, sobre taxas e taxinhas, refere que não foi ele que instituiu uma taxa de proteção civil que depois foi considerada ilegal pelo Tribunal Constitucional e que a Câmara teve de restituir com juros.

**Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta ao membro Artur Reis se quer responder diretamente às perguntas feitas pelo Bernardo Correia de Oliveira.**

**Artur Reis (PS)** respondendo, confessa que não tem os dados à sua frente, mas que acredita que a Junta terá facilidade em obtê-los. Refere que o centro de vacinação teve um custo de trabalho suplementar, que foi pago às pessoas que lá foram colocadas, e as despesas de manutenção associadas, é uma questão de se fazer as contas. Refere que isto não é uma acusação, o Pedro Ângelo foi claro quando disse que é um canal que existe com a Câmara e que pode ser explorado, e tanto foi explorado que a Junta de Freguesia se chegou à frente e acredita que o canal na altura foi usado e poderá ser novamente usado nesta nova ocasião.

**Francisco Ferreira (Livre)** menciona que, recentrando as atenções no Orçamento de 2022, o problema é que tem mais de 1 milhão de receitas do que foi estimado e acha que há uma coisa que não faz sentido, questionando que se em 2022 não estaremos, de certeza, numa situação idêntica à de 2019, como é que vão ter uma receita superior a 2019, em



relação a impostos diretos e taxas, quando não havia pandemia, que contas é que foram feitas para se chegar a essa conclusão?

### **Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.**

**Presidente da Junta de Freguesia** refere que não falará como médico, mas que é notório que o cenário é substantivamente diferente. Houve várias coisas bem-feitas pelo Governo, nomeadamente o *lockdown* de março de 2020, que salvou muitas vidas em Portugal, ao contrário de Espanha e Itália, mas depois parece que se esqueceu de fazer coisas e, tirando o processo vacinal, que correu muito bem, também estribado numa confiança vacinal única no mundo, tudo o resto foi sendo esquecido, e continua-se a esquecer outra vez, já que não reforçamos os meios, por exemplo para fazer a vigilância epidemiológica. Esclarece que não o verão a defender *lockdowns* gratuitamente, até porque se sabe bem dos impactos, sendo a maior determinante a pobreza, que tem impactos tremendos em todo o tecido social, não só nos mais desfavorecidos, mas em todos. Considera que têm soluções alternativas, espera que elas sejam implementadas, nomeadamente a vacinação e ao nível da terapêutica. Em relação ao centro de vacinação, refere que não sabe a resposta de quanto custou, mas que saberá, para a transparência é importante que as pessoas saibam onde a Junta gasta o seu dinheiro, porque este não é da Junta é dos cidadãos. Menciona que tentará oportunamente responder à pergunta, não só apenas para satisfazer a curiosidade do membro da assembleia de freguesia, mas também para ir depois com esse valor assacá-lo então a quem de direito e encontrar onde está a fundamentação para que esse dinheiro seja pedido à Câmara Municipal de Lisboa, não tendo protocolos nem acordos nesse sentido. Acrescenta que espera na próxima assembleia de freguesia já responder com mais propriedade. Em relação aos parques infantis, esclarece que a execução está em curso, vários deles a terminar, e que pretendem solucioná-la rapidamente, correspondendo estes à parte dos CDCs que foram negociados com a Câmara Municipal de Lisboa, estando esta regularizada, saudando essa situação. Em relação aos CDCs e à sua negociação, esclarece que falta a sua prorrogação para 2022 e o que diz respeito a este mandato, bem como outras eventuais situações que venham a ser negociadas, para haver alguma transferência de competências para a freguesia. Menciona que é importante assinalar que em relação à questão da cobrança de algumas taxas e impostos, acreditam que, tendo recursos humanos

que o possam fazer, ela terá impacto na receita, daí que ela seja maior em 2022 do que no passado, quando não havia meios para exercer essa cobrança, essa é a explicação principal. Acrescenta que esperam que seja notório a meio do ano a diferença em relação ao que se passou em 2021, mas que também têm noção de que se se assim não for, não farão a despesa, ainda que orçamentada, como se a receita continuasse a ser de 8 milhões e meio, porque não será possível, confirmando-se um cenário mais negativo a despesa terá de ser ajustada a essa realidade, porque executar todo o orçamento do lado da despesa não olhando para a receita, para eles não parece ser uma prática de gestão adequada. Assinalou que parte deste sucesso teve a ver com uma enorme dedicação dos recursos humanos, agradecendo aos funcionários da Junta, que desde que tomaram posse sempre estiveram disponíveis a ajudar e a resolver os problemas. Reforça que o Executivo agradece aos diversos recursos humanos, nas mais variadas áreas, que face a uma ameaça de pandemia, se mantiveram resilientes nessa resposta e não podiam deixar de o reconhecer.

**Presidente da Junta de Freguesia solicita ao Presidente da Assembleia de Freguesia que este passe a palavra à Tesoureira do seu Executivo para clarificar uma questão.**

**Joana Barata Lopes (Tesoureira do Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar)** concorda com uma frase que foi dita pelo Pedro Ângelo, membro do PS, que dizia que as pessoas pretendem a resolução dos problemas diários em contraponto à dramatização, em tese, que este executivo está a fazer, afirmando de seguida que só é possível resolver os problemas se houver liquidez financeira para lhes fazer face, acrescentando que há alguma prudência na forma como a informação escrita é feita porque não querem alarmismos, mas que têm de ser a cara desta Junta de Freguesia, assumindo os compromissos que foram feitos, mas que de facto não têm liquidez financeira imediata. Acrescenta que já está lançado para pagamento 274 mil euros e que é por isso que dizem que não há liquidez financeira. Refere que não estão a dramatizar, mas sim a falar da realidade, assegurando que os vão pagar, algo que para eles é importante dizer, porque todos os dias se deparam com fornecedores que passam dificuldades, as associações que precisam de subsídios desta Junta de Freguesia para fazer face às suas próprias despesas, e isso para eles também é angustiante. Apesar destes 1 milhão e 100 mil euros que vão ter de pagar no ano seguinte, e que não foram eles que se comprometeram, foi o executivo anterior sem ter liquidez financeira para lhe fazer face, vão assumi-lo e darão respostas. Acrescenta que estão a dar

resposta na medida do que é possível, fazendo uma ponderação entre os custos fixos que não podem ignorar, como os vencimentos e as despesas fixas, aqueles que são os compromissos que têm de assumir para fazer face às necessidades correntes e ainda assim colmatar, como têm tentado fazer, compromissos anteriores que, volta a dizer, não têm liquidez financeira para lhes fazer face e o que querem é que se perceba o porquê de não poderem responder imediatamente ao que as pessoas mereciam, gostavam muito e não conseguiram fazê-lo com certeza.

**Presidente da Assembleia de Freguesia propõe que se passe para as votações.**

### **Ponto n.º 2 - Opções do Plano, Orçamento para 2022**

Votos a favor: PSD (5); CDS (4); IL (1); CHEGA (1).

Abstenções: PS (5); CDU (1).

Votos contra: BE (1) LIVRE (1).

A proposta foi aprovada por MAIORIA, com 11 votos a favor, 6 abstenções e 2 contra.

**Francisco Ferreira (Livre)** esclarece que vota contra porque não acha que seja sensato assumir uma receita para 2022 superior à de 2019, quando não havia pandemia, e que o sensato seria assumir uma receita inferior e mais tarde orçamentar mais despesa, caso houvesse mais receita. Acrescenta que esperam votar a favor em próximos orçamentos, caso hajam melhorias, neste aspeto e ao nível da transparência, sustentabilidade, etc..

### **Ponto n.º 3 - Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2022**

Votos a favor: PSD (5); CDS (4); IL (1); CHEGA (1).

Abstenções: PS (5); LIVRE (1); BE (1); CDU (1).

Votos contra: 0.

A proposta foi aprovada por MAIORIA, com 11 votos a favor e 8 abstenções.

### **Ponto n.º 4 - Mapa de Pessoal para o ano de 2022**

Votos a favor: PSD (5); CDS (4); CHEGA (1); CDU (1).

Abstenções: PS (5); LIVRE (1); BE (1); IL (1).

Votos contra: 0.

A proposta foi aprovada por MAIORIA, com 11 votos a favor e 8 abstenções.

#### **Ponto n.º 5 - Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços da Junta de Freguesia do Lumiar**

Votos a favor: PSD (5); CDS (4); CHEGA (1); IL (1).

Abstenções: PS (5); LIVRE (1); BE (1); CDU (1).

Votos contra: 0.

A proposta foi aprovada por MAIORIA, com 11 votos a favor e 8 abstenções.

#### **Ponto n.º 6 - Regulamento de Utilização e Funcionamento da Galeria Liminare**

Votos a favor: PSD (5); CDS (4); CHEGA (1); CDU (1); IL (1).

Abstenções: PS (5); LIVRE (1); BE (1).

Votos contra: 0.

A proposta foi aprovada por MAIORIA, com 12 votos a favor e 7 abstenções.

#### **Ponto n.º 7 - Regulamento do Auditório da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro**

Votos a favor: PSD (5); CDS (4); CHEGA (1); CDU (1); IL (1).

Abstenções: PS (5); LIVRE (1); BE (1).

Votos contra: 0.

A proposta foi aprovada por MAIORIA, com 12 votos a favor e 7 abstenções.

#### **Aprovação da Ata em Minuta**

**Perante a existência de algumas dúvidas, o Presidente da Assembleia de Freguesia esclarece o que é a aprovação da Ata em Minuta.**

A Ata em Minuta foi aprovada por UNANIMIDADE.

**Pedro Ângelo (PS)** usou da palavra para constatar que o Presidente da Assembleia, não tendo lido a carta de renúncia do ex-presidente da Junta no início dos trabalhos, disse que faria circular a mesma, o que ainda não fez, e que espera que a mesma seja distribuída por email nos próximos dias ou nas próximas horas.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** promete que no dia seguinte a carta de renúncia do Dr. Pedro Delgado Alves será distribuída por todos os membros da assembleia. De seguida, afirma que, como é regimental, todos os membros da assembleia de freguesia têm direito a um cartão, que está a ser preparado, mas que ainda não foram feitos porque ainda não entregaram as fotografias. Solicitou então que todos os membros enviassem uma fotografia sua para a feitura dos cartões de membros da assembleia de freguesia, que serão feitos e entregues na próxima assembleia, quer tenham ou não fotografias.

**De seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia passa a palavra ao Presidente da Junta.**

**Presidente da Junta de Freguesia** agradece pelo funcionamento da Assembleia e pelas sugestões que lhes trouxeram, desejando boas festas a todos os presentes, com muita saúde, garantindo que farão todo o empenho para que as coisas no futuro corram muito melhor em termos tecnológicos, lamentando novamente o que se passou no início.

**Presidente da Assembleia de Freguesia** termina informando que iriam ter uma visita às instalações da Junta com todos os membros da assembleia de freguesia, para as conhecerem, estando a data dependente da situação pandémica. Acrescenta que também irão ter o tradicional jantar dos membros da assembleia de freguesia e dos membros do executivo, que há já muitos anos é feito por altura do Dia dos Reis e que logo que seja

possível será feito, dependendo também da situação pandémica. Agradece a presença de todos. Agradece aos funcionários da Junta. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia do Lumiar dá por encerrada, às 23h55m, a segunda reunião da Assembleia de Freguesia do Lumiar, desejando a todos um santo Natal e muito boas festas.